



GT 8: Geografia e apropriação urbana: ensino de cidade e das comunidades tradicionais

O QUE É O LITORAL NORTE DO ESPÍRITO SANTO?

Limites, comunidades pesqueiras e configuração espacial.

Autor(01): Anna Luisa Poubel Batal

Filiação institucional: Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: apbatal@gmail.com

Autor(02): Flavia Ribeiro Botechia

Filiação institucional: Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: flavia.botechia@ufes.br

RESUMO: Nos últimos anos, houve um aumento significativo no número de estudos sobre comunidades pesqueiras e o litoral. No entanto, ainda há lacunas na organização e acesso a informações sobre a região do litoral norte do Espírito Santo, na qual essa pesquisa visa preencher. Assim, o objetivo é apresentar os resultados obtidos a partir de coleta e sistematização de dados visando a caracterização do litoral norte do Espírito Santo e de suas comunidades pesqueiras. Utilizando análises quantitativas e qualitativas, a metodologia incluiu revisão bibliográfica, mapeamentos georreferenciados e análise da configuração espacial das comunidades. Os resultados sistematizaram dados sobre os limites administrativos do litoral norte, identificaram as comunidades pesqueiras e quatro padrões de configuração espacial. Essa pesquisa foi essencial para entender a área de estudo, identificando autores e conceitos que situam a investigação no contexto das pesquisas estaduais e nacionais.

Palavras-chave: Litoral Norte do Espírito Santo; Comunidades pesqueiras; Configuração espacial.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo está alinhado com a pesquisa de mestrado em Arquitetura e Urbanismo¹, em andamento, cujo objetivo é investigar padrões morfológicos das vilas pesqueiras do litoral Norte do Espírito Santo a partir de estudo comparativo. Neste momento apresenta-se os resultados da primeira pergunta que se colocou como desafio investigativo: afinal, o que é o litoral Norte do Espírito Santo?

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados e discussões da sistematização de dados sobre a caracterização do litoral norte do Espírito Santo e suas comunidades pesqueiras, a partir das quais pretende-se chegar ao estudo das vilas pesqueiras durante a dissertação. Contudo, inicialmente, busca-se compreender noções comunidades pesqueiras, para depois trabalhar sobre o tema central da pesquisa. Desta forma, este artigo pretendeu preencher lacunas na organização e acesso a informações sobre esta região em tela, proporcionando uma base sólida para futuras pesquisas e intervenções, e para o mestrado vigente.

Importante destacar que após o rompimento da barragem de Fundão, em 2015, houve um aumento no número de pesquisas sobre as áreas atingidas, destacando-se o litoral e as comunidades pesqueiras na costa capixaba como significativamente afetadas pelas consequências do ocorrido. Ressalta-se ainda o crescente interesse acadêmico pela pesca artesanal, atividade praticada pelas comunidades pesqueiras, e seu crescimento de publicações nas últimas duas décadas, tanto a nível internacional (Corrêa, 2022) quanto regional, no Espírito Santo (Fernandes; Zappes, 2020).

Entretanto, apesar do incremento, ainda se observa uma lacuna na organização sistemática dos dados quanto aos limites administrativos, configuração espacial e, mais especificamente, sobre quais e quantas são as comunidades tradicionais, em especial as pesqueiras, que compõem este litoral, o que representa um obstáculo não apenas nessa fase da

¹ Esta pesquisa recebe apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Brasil

pesquisa, mas também para aquela que em breve almeja alcançar. Assim como conteúdo do artigo se apresenta: noções e conceitos fundamentais, procedimentos metodológicos adotados e resultados e discussões.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico está organizado em três grupos principais de conceitos, fundamentais para a compreensão do objeto de pesquisa: litoral, pesca artesanal e comunidades tradicionais pesqueiras.

O conceito de litoral possui uma diversidade de noções geográficas que instiga reflexões contínuas por parte dos geógrafos para a compreensão dos seus processos (Souza; Silva, 2021). Alguns termos podem ser associados a noção de litoral como zona costeira, região litorânea, praia, orla, costa e litoral (Brasil, 1988; Boudou, 2021; Silva, 2019), sendo este último o termo empregado neste artigo, visto que possui o conceito que melhor se adequa para a pesquisa. Desse modo, após leituras realizadas, admite-se que “litoral” pode ser definido como “o espaço de contato entre a terra e o mar” (Boudou, 2021, p.91), sendo um ambiente singular e importante sob os pontos de vista físico/natural, econômico/productivos e jurídico/administrativo (Barragán Muñoz, 2004).

Quanto aos limites físico-territoriais do litoral existem intercorrências que dificultam uma determinação precisa e, todavia, não foram encontradas legislações que delimitem o litoral, especificamente. Portanto, no caso brasileiro, a legislação federal definida no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, instituído pela Lei nº 7.661 (Brasil, 1988), traz alguns dados sobre os limites métricos. Nele a denominada “zona costeira” é definida como “o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra” dividida em duas faixas: a marítima “que se estende mar afora distando 12 milhas marítimas das Linhas de Base”, e a terrestre a qual é “formada pelos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na Zona Costeira”, podendo ser municípios costeiros ou não.

Além das problemáticas que envolvem a conceituação e métricas, os espaços litorâneos vêm enfrentando desafios físico-territoriais significativos, como a ocupação indevida, a degradação dos recursos naturais e a deterioração do patrimônio histórico-cultural (Barragán Muñoz, 2004; Silva, 2019). No Espírito Santo, a implementação de grandes empreendimentos industriais intensifica esses problemas, causando transformações socioambientais na região (Fernandes; Zappes, 2020). Essas mudanças afetam diretamente a população local, especialmente os povos ribeirinhos, que têm na interação com os corpos d'água a formação da identidade local (Pojo; Elias; Vilhena, 2014).

Entre os povos ribeirinhos, destaca-se nesta pesquisa as comunidades pesqueiras, que desempenham um papel significativo na economia e na cultura das regiões litorâneas. O termo “comunidade” é definido como “aquilo que se cria em um espaço-de-vida quando ali se vive” (Brandão; Borges, 2015, p. 3). Assim, uma comunidade pesqueira é formada a partir da atividade da pesca, sendo a tradição dos pescadores que imprime a característica cultural dessas comunidades (Gomes, 2012).

Diegues (1999) descreve os pescadores como uma população tradicional não-indígena que vive do mar, rios e lagos, complementando a pesca com atividades como extrativismo, artesanato e agricultura. Estes praticam a pesca artesanal, definida como aquela realizada de forma autônoma ou em família, por meios próprios e embarcações de pequeno porte (Brasil, 2009). A pesca artesanal é uma importante atividade econômica no Brasil, com origens nas técnicas indígenas, africanas, portuguesas e espanholas do período colonial brasileiro (Silva, 2015). Dessa forma, pode-se compreender que a comunidade tradicional pesqueira se trata de uma comunidade caracterizada pela população tradicional de pescadores artesanais.

Contudo, assim como os territórios, os pescadores enfrentam desafios contínuos na luta pelo direito ao exercício do trabalho, fragilizado pelas transformações no litoral e pelas políticas ambientalistas nacionais (Silva, 2015). Esta luta reflete-se nas comunidades pesqueiras tradicionais, que enfrentam os problemas da mudança do litoral, como empreendimentos turísticos e industriais e especulação imobiliária (Barros; Medeiros; Gomes, 2021). Essas

interferências comprometem a renda dos pescadores e os saberes tradicionais relacionados ao ecossistema e às técnicas de pesca (Corrêa, 2022).

O Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil (MPP) atua em defesa dessas comunidades, ressaltando a necessidade de reconhecimento e preservação dos seus direitos e modos de vida. Desde 2019, o MPP luta pelo reconhecimento das comunidades tradicionais pesqueiras por meio do Projeto de Lei de iniciativa popular nº 131/20, que visa assegurar sua proteção e garantir o direito ao território.

Este referencial teórico, ao delinear os principais conceitos e desafios enfrentados pelo próprio litoral e pelas comunidades tradicionais pesqueiras, estabelece a base para a compreensão de noções e evidenciando, além disso, a interdependência entre comunidades, a pesca e o litoral, e como as problemáticas que os envolvem estão interconectadas.

3. METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo deste artigo, foram utilizadas análises quantitativas e qualitativas, adotando a metodologia estruturada em etapas de revisão bibliográfica, mapeamentos georreferenciados e análise qualitativa da configuração espacial das comunidades pesqueiras.

Primeiramente, realizou-se uma revisão bibliográfica para delimitar o litoral norte do Espírito Santo e identificar suas comunidades pesqueiras. Esta etapa envolveu a análise de diversas fontes acadêmicas e relatórios técnicos, permitindo a definição da área e comunidades de interesse (Fernandes et al., 2022; Teixeira, 2022; Incaper, 2020; Chiquieri, 2014; Silva; Soares, 2013; Netto; Benedito, 2007).

Em seguida, utilizou-se o software de georreferenciamento (QGIS) para o mapeamento dos limites administrativos do litoral norte capixaba e de suas comunidades. Nesta etapa, foram empregadas bases de dados fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela Marinha do Brasil e as coordenadas das comunidades pesqueiras obtidas a partir

das pesquisas em atividade pesqueira selecionadas. O QGIS permitiu mapear e visualizar de maneira precisa as áreas delimitadas e as comunidades envolvidas.

Para a seleção das comunidades pesqueiras a serem analisadas, optou-se pela abordagem quantitativa. Primeiro foi analisada a frequência com que cada comunidade aparecia nas pesquisas revisadas (Fernandes et al., 2022; Teixeira, 2022; Incaper, 2020; Chiquieri, 2014; Silva; Soares, 2013; Netto; Benedito, 2007). Na sequência as comunidades que foram mencionadas em mais da metade dos trabalhos foram selecionadas para a pesquisa, garantindo que a amostra representasse as localidades mais relevantes e frequentemente estudadas.

A análise qualitativa se deu em duas etapas, coleta de fotografias aéreas e identificação de padrões de configuração espacial. Primeiramente fez-se a coleta das fotografias por meio do site de buscas Google, as quais tiveram como critério de seleção terem sido registradas nos últimos 10 anos, para, assim, proporcionar uma visão atualizada das áreas de estudo, permitindo uma compreensão inicial das suas configurações espaciais.

Por fim, para entender a configuração espacial de maneira mais precisa, foi realizada uma análise utilizando ortomosaicos de 2019 fornecidos pelo GeoBases (Governo do Estado do Espírito Santo). Esta análise permitiu identificar padrões de configuração espacial dividindo a área de estudo em três elementos: água doce, água salgada e a vila, reconhecida, nesse primeiro momento, como um aglomerado de edificações. A partir destes dados, foi elaborado um esquema gráfico por meio de aplicativos de design, que representou os padrões encontrados, facilitando a visualização e compreensão das relações espaciais entre os elementos naturais e as comunidades pesqueiras.

4. RESULTADOS

A partir da metodologia apresentada foi possível sistematizar dados quanto aos limites administrativos do litoral norte do Espírito Santo, quais comunidades pesqueiras o compõem, e características quanto à configuração espacial dessas comunidades.

Nos estudos técnicos e acadêmicos da região, a delimitação do Litoral Norte do Espírito Santo é objeto de divergência quanto aos municípios que o compõe. O Diagnóstico socioeconômico das comunidades pesqueiras do Espírito Santo (Fernandes et al., 2022) inclui na sua definição de região norte do litoral três municípios: Linhares, São Mateus e Conceição da Barra. Enquanto o Programa de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro no Litoral Norte do Espírito Santo (Chiquieri, 2014) expande essa definição incluindo Aracruz.

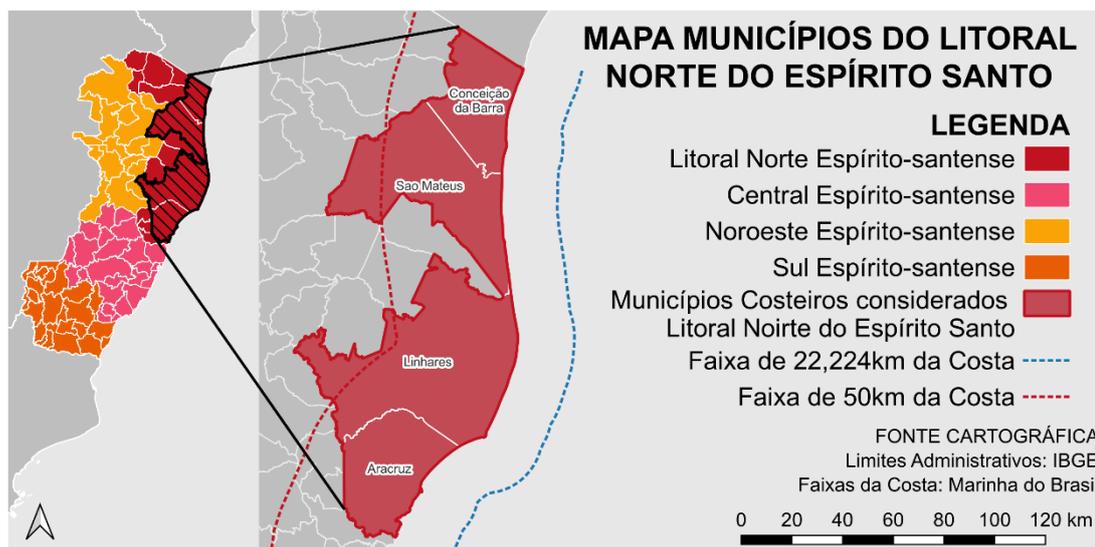
No que tange a legislação que delimita o litoral há o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II). Este, instituído pela Lei Federal nº 7.661/1988, estabelece como 18 os municípios que abrangem a faixa terrestre da zona costeira do Espírito Santo: Conceição da Barra, São Mateus, Jaguaré, Linhares, Sooretama, Aracruz, Fundão, Serra, Vitória, Cariacica, Vila Velha, Viana, Guarapari, Anchieta, Piúma, Presidente Kennedy, Itapemirim e Marataízes. Pelo que se observa, esta lei adota não apenas municípios costeiros, mas todo aquele que sofre influência das dinâmicas da zona costeira.

Ainda segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) há a delimitação reconhecida como mesorregião Litoral Norte Espírito-santense, a qual inclui os 15 municípios de Aracruz, Conceição da Barra, Fundão, Ibraçu, Jaguaré, João Neiva, Linhares, Montanha, Mucurici, Pedro Canário, Pinheiros, Ponto Belo, Rio Bananal, São Mateus e Sooretama.

Pelo que se pode concluir, a presente pesquisa considerará o que institui o Programa de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro no Litoral Norte do Espírito Santo: Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra (Mapa 01). A seleção desses municípios baseou-se em dois fatores principais. Primeiramente, todos os municípios fazem parte da Zona Terrestre da Zona Costeira do Espírito Santo, conforme definido pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Em segundo lugar, foram selecionados apenas os municípios costeiros, o que permite uma análise mais específica das interações entre as comunidades pesqueiras e o ambiente marinho, contribuindo para o entendimento das dinâmicas que caracterizam a região.

Além disso, esses são os municípios costeiros integrantes da mesorregião Litoral Norte Espírito-santense definida pelo IBGE. Com a ressalva que Fundão é um município costeiro desta mesorregião, porém não foi considerado parte do litoral norte para a pesquisa, pois integra a Região Metropolitana de Vitória, apresentando características físico-territoriais, dinâmicas de ocupação e relações reconhecidamente mais estreitas com a região central do Estado do que com a região norte.

Mapa 01: Mapa dos municípios que compõem o Litoral Norte do Espírito Santo para esta pesquisa.



Fonte: Organizado pela autora (2024)

Entendido os limites que envolvem o litoral norte do Espírito Santo para a pesquisa vigente, é necessário compreender quais são as comunidades pesqueiras presentes neste espaço. Para isso foi realizada uma revisão das pesquisas sobre a pesca no Estado. As fontes consultadas apresentaram divergências na identificação dessas comunidades, variando entre aquelas que incluíam um número maior de comunidades e outras que apresentavam um número mais restrito.

Os documentos selecionados foram: “Diagnóstico socioeconômico das comunidades pesqueiras no Espírito Santo” de Fernandes et al. (2022), que identificou 15 comunidades;

Relatório Anual 2021 do Projeto de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro do Espírito Santo – PMDP (Teixeira, 2022) que apresentou 8 locais de desembarque; o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater (2020-2023), o qual apresentou apenas 2 comunidades pesqueiras no município de Aracruz; o Programa de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro no Litoral Norte do Espírito Santo – PMDP (Chiquieri, 2014) o qual listou 13 portos; o Boletim Estatístico da Pesca do Espírito Santo (Silva; Soares, 2013) e o artigo de Netto e Benedito (2007) ambos identificando as mesmas 12 comunidades, denominadas “locais de desembarque” e “portos de pesca”, respectivamente (Quadro 01).

Quadro 01: Comunidades pesqueiras presentes em trabalhos acadêmicos e técnicos com seu total de vezes mencionado.

MAPEAMENTO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS PARESENTADAS EM PESQUISAS								
MUNICÍPIOS	COMUNIDADE PESQUEIRA	AUTORES (ANO)						TOTAL
		Fernandes et al. (2022)	Teixeira (Coord.) (2022)	Incaper (2020)	Chiquieri; (Coord.) (2014)	Souza; Soares (Coord.) (2011)	Netto; Benedito (2007)	
Aracruz	Santa Cruz							6
	Barra do Sahy							4
	Barra do Riacho							6
Linhares	Regência							5
	Povoação							5
	Degredo							3
	Pontal do Ipiranga							5
São Mateus	Barra Seca							5
	Urussuquara							3
	Barra Nova Norte							1
	Barra Nova Sul							1
	Barra Nova							4
	Gameleiras							1
	Guriri							4
Conceição da Barra	Conceição da Barra							5
	Itaúnas							4

Fonte: Autora (2024)

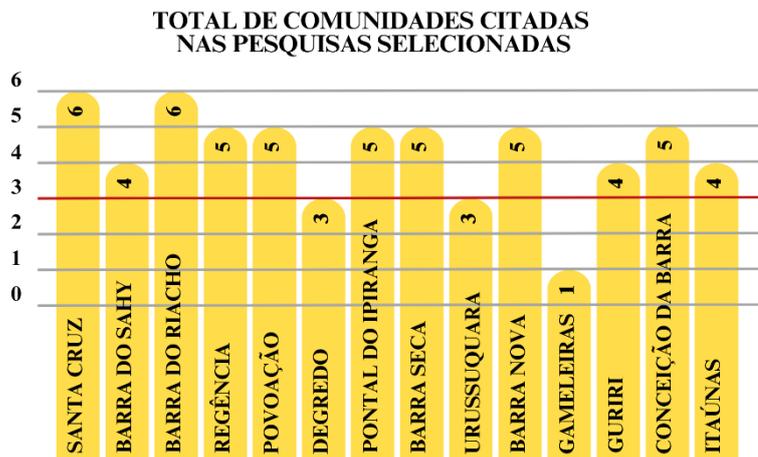
Entre as comunidades identificadas, apenas duas são reconhecidas como comunidades tradicionais pesqueiras pelo Relatório sobre os Conflitos socioambientais e violações de Direitos Humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil (CPP, 2021): Regência e Povoação. Além dessas, há apenas mais uma comunidade tradicional pesqueira no Estado, Jacaraípe, localizada no município de Serra. A institucionalização das comunidades tradicionais é crucial para a preservação de sua cultura, e a legitimação limitada a poucas localidades evidencia o insuficiente reconhecimento da pesca no Estado.

A partir dessa coleta e análise de dados foram selecionadas as comunidades que apareceram em mais da metade das pesquisas analisadas, ou seja, aquelas com quatro ou mais citações. Esta abordagem foi adotada visto que a frequência de estudos sobre uma localidade indica sua relevância na área.² Dessa forma, as comunidades selecionadas foram: Santa Cruz, Barra do Sahy, Barra do Riacho, Regência, Povoação, Pontal do Ipiranga, Barra Seca, Barra Nova, Guriri, Conceição da Barra e Itaúnas, conforme apresentado no Gráfico 01³ e o Mapa 02.

² As comunidades não selecionadas não são desconsideradas como comunidade pesqueira, apenas não serão analisadas nesta pesquisa.

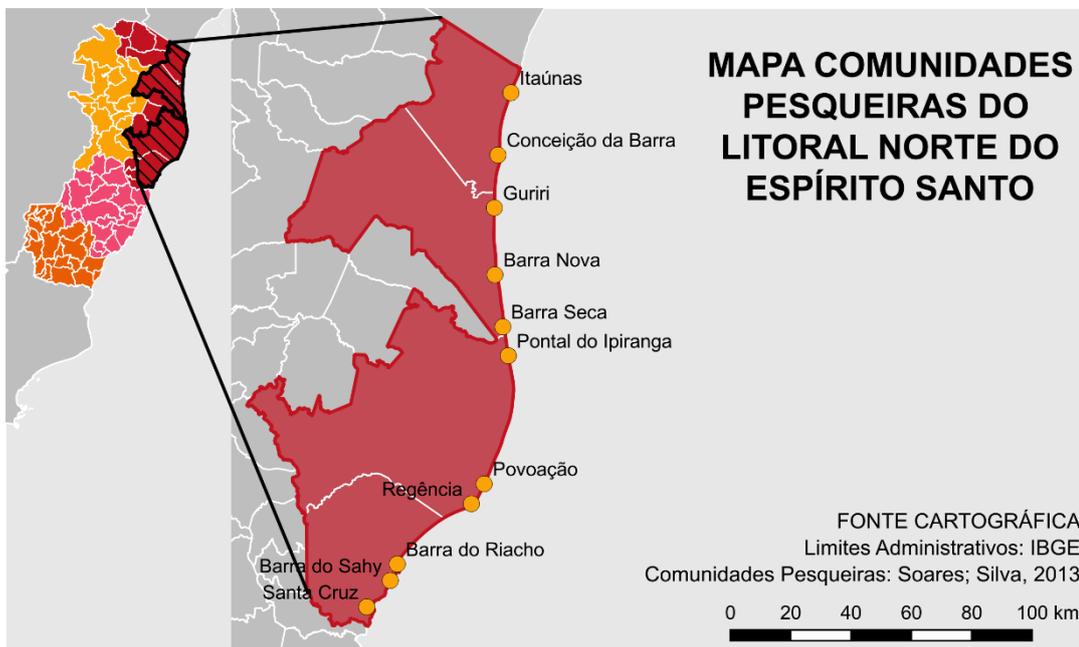
³ Barra Nova Norte, Barra Nova Sul e Barra Nova foram tratadas como uma única comunidade, pois a maioria das pesquisas analisadas as apresentou dessa forma, com exceção do Diagnóstico de Fernandes et al. (2022).

Gráfico 01: Total de comunidades pesqueiras citadas nas pesquisas selecionadas.



Fonte: Autora (2024).

Mapa 02: Mapa de localização das comunidades pesqueiras consideradas nesta pesquisa.



Fonte: Organizado pela autora (2024)

Na Ilustração 01 são apresentadas fotografias aéreas registradas nos últimos dez anos das comunidades selecionadas. Essas imagens foram escolhidas para proporcionar uma

visualização atualizada de como essas comunidades se configuram, permitindo uma melhor compreensão da sua organização espacial.

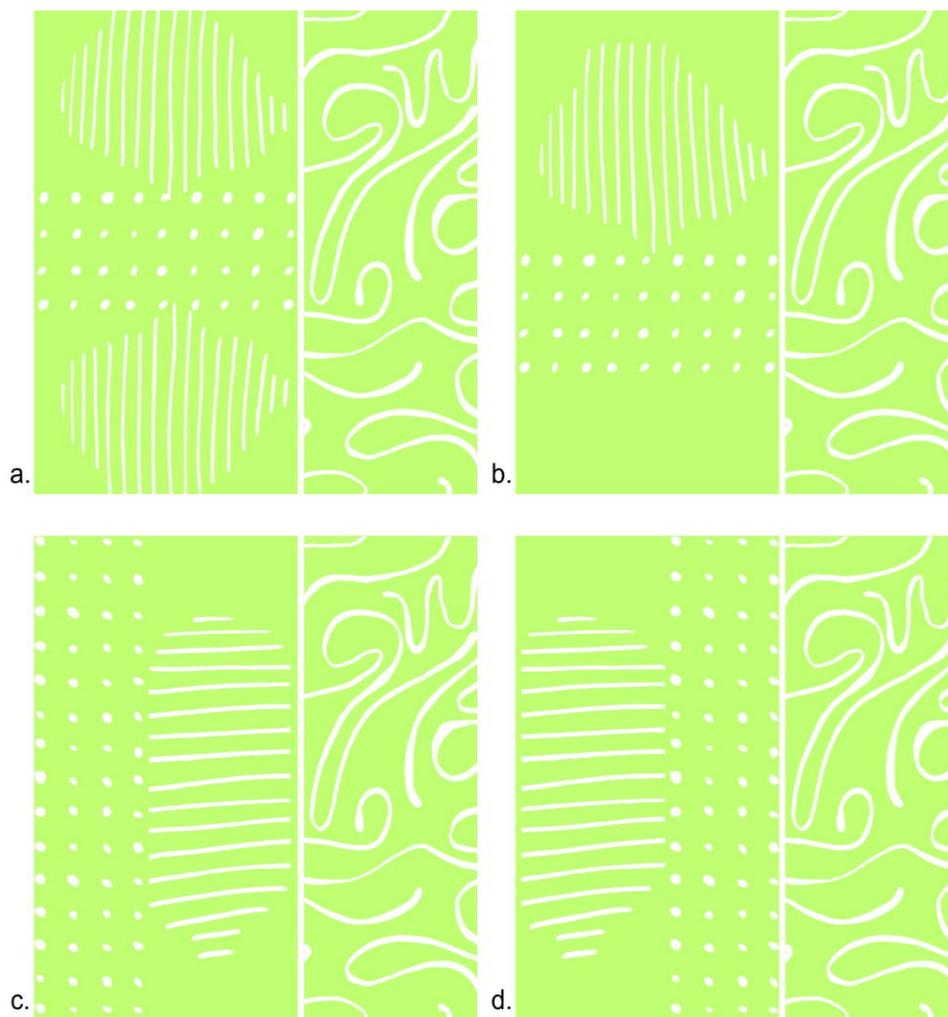
Ilustração 01: Fotografias aéreas das comunidades pesqueiras consideradas na pesquisa



Fonte: Diversos autores a partir do Google Imagens, organizado pela autora (2024).

Com definição de quais comunidades serão consideradas nesta pesquisa foi elaborado um diagrama esquemático (Ilustração 02) a partir da análise das comunidades, o qual revela a configuração espacial dessas localidades através de hachuras específicas. No diagrama, cada tipo de hachura representa um elemento diferente: o tracejado simboliza o aglomerado de edificações, a vila pesqueira, a hachura de bolinhas indica a presença de rio ou lagoa, e as curvas orgânicas representam o mar.

Ilustração 02: Diagrama esquemática de padrões de configuração espacial das comunidades pesqueiras do litoral norte do estado do Espírito Santo.



Fonte: Autora (2024)

Ao analisar a configuração espacial das comunidades pesqueiras, identificaram-se quatro padrões distintos:

- a. O rio atravessa a vila antes de desembocar no mar próximo à vila. Esse padrão foi observado nas comunidades de Santa Cruz e Barra Nova.

- b. A vila se localiza adjacente ao rio, podendo ser na parte sul ou norte, que deságua no mar nas proximidades. Este padrão é visto nas comunidades de Regência e Conceição da Barra.
- c. A vila se situa entre dois corpos d'água, com o rio ou lagoa de um lado e o mar do outro. Este padrão foi o mais frequente, encontrado em Barra do Sahy (localizada entre lagoa e mar), Povoação, Pontal do Ipiranga e Guriri.
- d. A vila está posicionada antes do rio e do mar. Neste padrão, identificado nas comunidades de Vila do Riacho, Barra Seca e Itaúnas.

Vale destacar que as vilas de Regência e Povoação, estão situadas em lados opostos de um mesmo rio, o Rio Doce, o que poderia, inicialmente, levar a uma classificação de sua configuração de acordo com o padrão "a". No entanto, a análise revelou diferenças significativas na relação entre o rio, o mar e as vilas. Em Regência, o rio corre perpendicular ao mar. Já em Povoação, o rio se apresenta de uma maneira quase perpendicular à vila e ao mar, configurando uma interação espacial distinta. Essas variações ressaltam a diversidade na organização territorial mesmo em contextos geograficamente próximos.

Esses padrões refletem não apenas a adaptação das comunidades às características ambientais locais, mas também às necessidades socioeconômicas e culturais de cada região, revelando a diversidade na organização espacial das comunidades pesqueiras no litoral norte do Espírito Santo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da sistematização de dados e caracterização das comunidades pesqueiras, foi possível delimitar os limites do litoral norte do Espírito Santo e suas comunidades com base em estudos anteriores. A pesquisa também revelou padrões nas configurações espaciais das comunidades pesqueiras analisadas, permitindo responder ao questionamento inicial: "O que é o litoral norte do Espírito Santo?".

Essa delimitação foi fundamental para a compreensão da área de estudo e suas particularidades, proporcionando um panorama da região e das comunidades que compõem o litoral analisado. Os resultados obtidos são cruciais para o progresso da pesquisa, exigindo uma análise contínua e detalhada ao longo do processo.

Ademais, ao realizar os estudos de referencial teórico, foi possível identificar autores e conceitos fundamentais que validam os procedimentos seguintes da pesquisa, além de situar a investigação no contexto das demais pesquisas realizadas tanto no estado quanto no Brasil. Esse alinhamento com a literatura existente é essencial para realizar a dissertação com uma base teórica sólida.

6. REFERÊNCIAS

A GAZETA. **Os encantos da Ilha de Guriri, no Norte do Espírito Santo**. 2020. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/norte/os-encantos-da-ilha-de-guriri-no-norte-do-espírito-santo-0120>. Acesso em: 18 jul. 2024.

A GAZETA. **São Mateus pode fechar foz de Barra Nova e de Barra Seca para conter óleo**. 2019. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/norte/sao-mateus-fecha-foz-de-barra-nova-e-de-barra-seca-para-conter-oleo-1119>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BARRAGÁN MUÑOZ, Juan Manuel. **Las áreas litorales de España: del análisis geográfico a la gestión integrada**. Barcelona: Ariel, 2004.

BARROS, Sávio; MEDEIROS, Alzira; GOMES, Erina Batista (Orgs.). **Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil: relatório 2021**. 2. ed. Olinda, PE: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues .; BORGES, Maristela Correa. O lugar da vida - Comunidade e Comunidade Tradicional. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 9, n. 18 Jun., 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27067>. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. **Lei Nº 7.661, de 16 de Maio de 1988**. Brasília, 16 maio 1988.

BRASIL. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. **Lei Nº 11.959, de 29 de Junho de 2009**. Brasília, 29 jun. 2009.

BOUDOU, Christian Jean-Marie. **O espaço litorâneo na Geografia**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2021. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10211103042012Topicos_Especiais_em_Geografia_Aula_8.pdf. Acesso em: 17 jul. 2024. Corrêa, 2022

CHIQUIERI, Julien (Coord.). **Programa de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro no Litoral Norte do estado do Espírito Santo**. Vitória, 2014.

CORRÊA, Josilene Cavalcante. **Pesca pelo meio: saberes etno-ecológicos da pesca artesanal no litoral sul do Espírito Santo**. 2022. 145 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente; Universidade de São Paulo, 1999.

DOUGLAS LUZ. **Conheça Conceição Da Barra - ES**. YouTube, 15 jan. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=x8VxsRs7fpw&ab_channel=DouglasLuz. Acesso em: 18 jul. 2024.

ES FALA. **Praias de Linhares preparadas para virada do ano com programação intensa**. 2023. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.esfala.com.br/2023/12/31/praias-de-linhares-se-preparam-para-virada-do-ano-com-programacao-intensa/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

FERNANDES, Luiz Fernando Loureiro et al. **Diagnóstico socioeconômico das comunidades pesqueiras no Espírito Santo**. Vitória: Edufes, 2022.

FERNANDES, Joelson Musiello; ZAPPES, Camilah Antunes. Oceanografia socioambiental da pesca artesanal no estado do Espírito Santo: uma análise bibliométrica. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, [S.L.], v. 11, n. 6, p. 545-558, 6 jul. 2020. Companhia Brasileira de Produção Científica. <http://dx.doi.org/10.6008/cbpc2179-6858.2020.006.0044>.

FOLHA ARACRUZ. **Praia da Barra do Sahy**. 2023. 1 fotografia. Disponível em: <https://folhaaracruz.com.br/praias-da-barra-do-sahy/noticias/conheca-aracruz/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

G1. **Moradores de Barra Seca pedem que localidade volte a pertencer a Linhares, ES**. 2018. 1 fotografia. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2018/12/08/moradores-de-barra-seca-pedem-que-localidade-volte-a-pertencer-a-linhares-es.ghtml>. Acesso em: 18 jul. 2024.

GOMES, Thais Mara Dias. **Mulheres das águas**: significações do corpo-que-trabalha-namaré. 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Ambiente e Trabalho, Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiente e Trabalho, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – PROATER 2020/2023 Aracruz**. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Aracruz.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2024.

MONDAY FEELINGS. **O QUE FAZER EM ITAÚNAS ES: PRAIAS, RIO, DUNAS, GASTRONOMIA E O MAIOR FESTIVAL DE FORRÓ DO BRASIL**. Disponível em: <https://www.mondayfeelings.com/pt-br/o-que-fazer-em-itaunas-es/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

NETTO, Ricardo de Freitas; BENEDITTO, Ana Paula Madeira di. Diversidade de artefatos da pesca artesanal marinha do Espírito Santo. **Revista Biotemas**, Florianópolis, v. 2, n. 20, p. 107-119, 27 mar. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/biotemas/article/view/20736>. Acesso em: 17 jul. 2024.

POJO, Eliana Campos; ELIAS, Lina Gláucia Dantas; VILHENA, Maria de Nazaré. As águas e os ribeirinhos – beirando sua cultura e margeando seus saberes. **Revista Margens Interdisciplinar**, [S.L.], v. 8, n. 11, p. 176, 10 ago. 2014. Universidade Federal do Pará.

POVOAÇÃO-LINHARES -ES EVENTOS. [Sem título]. 2020. 1 fotografia. Facebook: Povoação-linhares -ES Eventos. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=2776121885997259&set=a.2156919994584121>. Acesso em: 18 jul. 2024.

RUBIM, Fernando. **Barra do Riacho, Aracruz ES**. 2019. 1 fotografia. Instagram: @capixabadagama. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B3AKJTMJUOw/?epik=dj0yJnU9ZFpxSVJvbjRlS3F5NWNBQnFobC1tX2RKRXdVOGJHdzMmcD0wJm49UDVTN1pZb2phdlgzX0RqOHRIRkEtUSZ0PUFBQUFBR2FaSFIF>. Acesso em: 18 jul. 2024.

SILVA, Maycon. **Imagens lindas de Santa Cruz por @voealto.drones**. 2023. 1 fotografia. Instagram: @santacruz.nossoparaiso. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CxvrlfoLkZy/?igsh=N2tybmlsdWp6eGN0&img_index=1. Acesso em: 18 jul. 2024.

SILVA, Mauricio Hostim; SOARES, Guilherme Scheidt de Souza (coord.). **Boletim Estatístico da Pesca do Espírito Santo Ano 2011**. São Mateus, 2013.

SILVA, Mateus Barbosa Santos da. **Uso e apropriação das Orlas da Península de Itapagipe e do subúrbio ferroviário em Salvador-BA**. 2019. 139f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2019.

SILVA, Cátia Antônia da. **Política pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUSA, André Nunes de; SILVA, Mateus Barbosa Santos da. Estudos sobre litoral em geografia: história e desenvolvimento epistemológico. **Geonordeste**, [S.L.], p. 28-50, 3 ago. 2021.

TEIXEIRA, João Batista (Coord.). **Projeto de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro abrangendo o litoral do Espírito Santo Relatório Anual 2021**. [S.L.], 2022.

TURISTANDO COM ALE E TATA. **Venha conhecer a Vila de Regência em Linhares no ES #vlog 13**. YouTube, 23 out. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=a49YgcMg8Tk&t=624s&ab_channel=TuristandocomAleTata. Acesso em: 18 jul. 2024.